

Facultad de Ciencias Económicas – Universidad de Buenos Aires  
Instituto de Investigaciones en Administración, Contabilidad y  
Métodos Cuantitativos para la Gestión  
**Sección de Investigaciones Contables**

## **Contabilidad y Auditoría**

ISSN 1515-2340 (Impreso) ISSN 1852-446X (En Línea) ISSN 1851-9202 (Vía Mail)  
Nº 48 año 24–p. 95/120

**Título:**

**EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E SUA POTENCIAL CONTRIBUIÇÃO  
PARA O ENSINO E A INICIAÇÃO À PESQUISA: UMA PROPOSTA  
CARACTERIZADA NA INVESTIGAÇÃO-AÇÃO**

**Autora:**

**MIRIAM ASSUNÇÃO DE SOUZA LEPSCH**  
maslepsch@id.uff.br

**MARIA DE LOURDES DOS SANTOS ANTUNES**  
lourinhaantunes@hotmail.com

**FÁBIO HENRIQUE SALDANHA DE SOUZA**

**Faculdade de Administração e Ciências Contábeis  
Universidade Federal Fluminense**

**Dra. MIRIAM ASSUNÇÃO DE SOUZA LEPSCH**

- Doutora em Ciências Empresariais (UMSA-AR)
- Vice-Diretora da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis
- Instituição de Ensino: Universidade Federal Fluminense
- Especialista em Gestão pela Qualidade- com ênfase na Área Pública - Universidade Federal Fluminense (UFF)
- Professora Doutora - Adjunto IV

Publicación:

- Presentada el 07/06/2018
- Aprobada el 02/10/2018
- Publicada en Diciembre de 2018

**AUTORES: MIRIAM ASSUNÇÃO DE SOUZA LEPSCH; MARIA DE LOURDES DOS SANTOS ANTUNES; FÁBIO HENRIQUE SALDANHA DE SOUZA**

---

**Dra. MARIA DE LOURDES DOS SANTOS ANTUNES**

- Instituição de Ensino: Universidade Federal Fluminense
- Doctora en Ciencias de la Educación. Universidad Nacional de Rosario. Argentina
- Profesora Asistente del Departamento de Contabilidad de la Facultad de Administración y Ciencias Contables de la Universidad Federal Fluminense (UFF)
- Fue Jefe de Coordinación del Presupuesto de la Pro Rectoría de Planeamiento de la UFF
- Autora y expositora en congresos nacionales e internacionales

**Lic. FÁBIO HENRIQUE SALDANHA DE SOUZA**

- Universidade Federal Fluminense – UFF
- Faculdade de Administração e Ciências Contábeis – EST
- Graduando em Ciências

Contabilidade y Auditoría Nº 48 Año 24 – Diciembre 2018

ISSN 1515-2340 (Impreso) ISSN 1852-446X (En Línea) ISSN 1851-9202 (Vía Mail).

*título: EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E SUA POTENCIAL CONTRIBUIÇÃO PARA O ENSINO E A INICIAÇÃO À PESQUISA: UMA PROPOSTA CARACTERIZADA NA INVESTIGAÇÃO-AÇÃO. p.95/120*

**AUTORES: MIRIAM ASSUNÇÃO DE SOUZA LEPSCH; MARIA DE LOURDES DOS SANTOS ANTUNES; FÁBIO HENRIQUE SALDANHA DE SOUZA**

---

**EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E SUA POTENCIAL CONTRIBUIÇÃO PARA O ENSINO E A INICIAÇÃO À PESQUISA: UMA PROPOSTA CARACTERIZADA NA INVESTIGAÇÃO-AÇÃO**

**UNIVERSITY EXTENSION AND ITS POTENTIAL CONTRIBUTION TO EDUCATION AND RESEARCH INITIATION: A PROPOSAL CHARACTERIZED IN RESEARCH-ACTION**

**SUMÁRIO**

**PALAVRAS CLAVE**

**KEY WORDS**

**RESUMO**

**ABSTRACT**

**0. Introdução**

**1. Revisão da Literatura**

**2. Metodologia**

**3. Atuação na Ação de Extensão: Estudo de Caso**

**4. Análise e Discussão dos Resultados**

**5. Considerações finais**

**6. Referências Bibliográficas**

**PALAVRAS-CHAVE**

**INVESTIGAÇÃO-AÇÃO - EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA—INTEGRAÇÃO ENSINO E PESQUISA - AÇÕES DE EXTENSÃO - CONTABILIDADE PÚBLICA**

## **KEY WORDS**

### **INVESTIGATION-ACTION - UNIVERSITY EXTENSION -INTEGRATION TEACHING AND RESEARCH – EXTENSION ACTIONS - PUBLIC ACCOUNTING**

#### **RESUMO**

O objetivo desta investigação é apresentar uma visão do potencial da extensão universitária como contribuição para o ensino e a iniciação científica, transitando pela pesquisa-ação, articulando o papel docente e discente. A metodologia teve abordagem qualitativa, bibliográfica e estudo de caso. Investigou-se ação de extensão, desenvolvida com passos da Pesquisa-Ação, na contabilidade governamental. Observaram-se impacto em lacuna do ensino, capacitação profissional e motivação à pesquisa, produzindo conhecimento. O estudo, pelo bolsista, permitiu compreensão e reflexão sobre mercado de trabalho, controle social e desafios da contabilidade. Conclui-se que a Extensão pode ser instrumento de integração entre o ensino e a pesquisa.

#### **ABSTRACT**

The objective of this research is to present a vision of the potential of university extension as a contribution to teaching and scientific initiation, passing through action research, articulating the teaching and student role. The methodology had a qualitative, bibliographic and case study approach.

Extension action, developed with research-action steps, was investigated in government accounting. It was observed an impact in the education gap, professional qualification and motivation to the research, producing knowledge. The study, by the scholarship holder, allowed understanding and reflection on the labor market, social control and accounting challenges. It is concluded that Extension can be an instrument of integration between teaching and research.

## 0. INTRODUÇÃO

Começando a ser reconhecida no espaço acadêmico a partir de 1931, a extensão universitária, cujas ações se intensificam a partir do século XX, quando foi discutida mais intensamente a sua dimensão pedagógica, no Brasil, vem se consolidando e passando por mudanças conceituais que inclui aspectos não considerados anteriormente.

Art. 109. A extensão universitária destina-se à difusão de conhecimentos philosophicos, artísticos, literários e científicos, em beneficio do aperfeiçoamento individual e coletivo.

*§ 1º De acordo com os fins acima referidos, a extensão universitária será realizada por meio de cursos intra e extra-universitários, de conferências de propaganda e ainda de demonstrações praticas que se façam indicadas. (Decreto nº 19.851, 1931)*

As experiências universitárias européias e estadunidenses foram consideradas inspiradoras no Brasil (de Paula, 2013). A partir dos anos 60 o trinômio ensino-pesquisa-extensão permeia a discussão das práxis universitárias, atrelando-se ao conceito de universidade, reconhecendo-a,

**AUTORES: MIRIAM ASSUNÇÃO DE SOUZA LEPSCH; MARIA DE LOURDES DOS SANTOS ANTUNES; FÁBIO HENRIQUE SALDANHA DE SOUZA**

---

também, como prática necessária à formação acadêmica, indissociada do ensino e da pesquisa. A indissociabilidade entre o ensino a pesquisa e a extensão, na educação superior no Brasil, consta do artigo 207 da Constituição da República Federativa de 1988.

*Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.*

A investigação amplia a atividade de extensão, possibilitando que o processo ensino/aprendizagem aconteça de forma a melhorar a compreensão de fenômenos apreendidos, ao tempo que gera novos conhecimentos.

Segundo Elliott (1997, p.15), a pesquisa-ação impacta na superação de lacunas porventura deixadas pela prática docente, ou seja, entre a teoria ministrada e a efetiva aplicação da mesma.

A relação do aluno com o meio profissional, unindo a fundamentação teórica, absorvida em sala de aula, e aprendizagem prática, possibilita a assimilação das questões da área envolvida, desenvolvendo a consciência crítica.

A proposta da ação de extensão “Laboratório de Práticas na área Governamental”, requer pesquisa bibliográfica e documental, prática profissional e iniciação à pesquisa, proporcionando interação com a comunidade acadêmica (alunos e professores), administrativa (gestores e técnicos administrativos) e externa à UFF que busque os serviços da Universidade.

A aplicação da metodologia proposta, no campo do ensino da contabilidade aplicada ao setor público, é relevante nesse momento de

mudanças significativas na teoria e em procedimentos técnicos dessa especialidade da ciência contábil.

Neste cenário a área de atuação e o foco do trabalho de pesquisa tiveram como entendimento que as atividades-meio do setor governamental, impactam nos resultados das políticas econômica e social do país, e no caso da Contabilidade pública, proporciona dados e informações que contribuem para a transparência e controle social.

As normas de contabilidade no Brasil passam por mudanças significativas em direção à convergência aos padrões internacionais. A contabilidade do setor público passa igualmente por alterações e convergência às normas internacionais emitidas pelo *International Federation of Accountants* (IFAC), as *International Public Sector Accounting Standards* (IPSAS). Estes pronunciamentos encontram consonância com as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), emitidas em 2008, pelo Conselho Federal de Contabilidade, sendo um dos seus principais pontos a definição da sociedade como usuária principal da informação contábil, o que facilitará a transparência e o controle social (NBC TSP EC, 2016).

A Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a Lei Complementar 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e a Lei Complementar 131/2009, são instrumentos jurídicos que fortalecem o aprimoramento no uso dos recursos públicos, imputando responsabilização aos gestores, garantindo melhor suporte para à tomada de decisão em relação ao patrimônio público e às necessidades de bem-estar da coletividade, assim como apoiando o controle social.

Nesse contexto, o projeto “Laboratório de Prática na Área Governamental”, tem como propósito unir teoria acadêmica com a prática profissional, ao tempo que se propõe a trabalhar a contribuição da extensão para a iniciação à pesquisa.

Assim, o presente trabalho tem como questões norteadoras: Um projeto de extensão que proporciona a prática profissional, de forma a impactar no desempenho acadêmico, unindo teoria e prática, pode contribuir para a iniciação à pesquisacientífica? O desenvolvimento da ação de extensão “Laboratório de Práticas na Área Governamental” possui características de pesquisa-ação mitigandolacuna do ensino e contribuindo para a integração ensino e pesquisa?

Em relação ao estudo, que busca uma experiência sobre a iniciação à pesquisa, científica, as questões foram: Qual o entendimento do profissional da área de contabilidade pública, sobre a contribuição da contabilidade aplicada no setor público para o controle social? Qual é o perfil do profissional que atua na área de contabilidade da Universidade Federal Fluminense, uma autarquia federal?

Nesse cenário o objetivo geral deste trabalho é apresentar uma visão do potencial da extensão universitária como contribuição para o ensino e a iniciação científica, transitando pela pesquisa-ação, articulando o papel docente e discente apresentando as práticas e resultados obtidos na ação de extensão “Laboratório de Prática na Área Governamental - LAPGOV”.

A relevância e justificativa do tema estão fundamentadas no entendimento de que o projeto, complementado por iniciação à pesquisa, promove a fixação do conteúdo teórico obtido em aula, a prática profissional e a iniciação científica, contribuindo para a compreensão sobre o papel da extensão como prática de ensino universitário, transferência de conhecimento e contribuições ao desenvolvimento social.

## 1. REVISÃO DA LITERATURA

Segundo Severino:

*A extensão se relaciona à pesquisa, tornando se relevante para a produção do conhecimento, porque esta produção deve ter referência objetiva os problemas reais e concretos que tenham a ver com a vida da sociedade envolvente. A relevância temática dos objetos de pesquisa é dada pela significação social dos mesmos. É o que garante que a pesquisa não seja desinteressada ou neutra... (Severino, 2010, p.33)*

Ainda não se obteve uma unanimidade quanto ao conceito e papel da extensão nas universidades.

*[...] ainda existe um hiato entre as concepções e práticas de extensão em algumas universidades brasileiras, fruto dos conflitos de interesses existentes entre agentes universitários, setores sociais e Estado; o que impede que se tenha uma relativa unanimidade entre as universidades sobre o que é extensão e seu papel. (Santos, 2010, p. 15)*

Pensando em uma relação dialógica com a pesquisa, destaca-se no papel da extensão a produção de conhecimento a partir de suas ações, o que requer a utilização de método de investigação científica que se compatibilize com as fases características das atividades de extensão, para a apresentação e estruturação lógica desse conhecimento.

Os procedimentos na atuação em extensão nos remetem à proposição de Thiollent (2011, p. 16), quando típica a pesquisa-ação como “pesquisa social concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo”, onde “os

pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo”.

Nessa mesma visão, se entende que Lopes et al. (2006), ao tratar a pesquisa-ação a coloca como permitindo a produção de conhecimento novo, sendo uma ação transformadora, que proporciona a relação prática versus teoria, sendo um método científico de desenvolvimento de pesquisa que pode gerar novos conhecimentos a partir dos já existentes, podendo contribuir para suprimir lacunas no ensino.

Com base nas conceituações e entendimentos expostos, o projeto LAPGOV, tendo como campo de estudo a Contabilidade Governamental, busca, ao tempo que vivencia a prática relacionada ao conteúdo teórico obtido em sala de aula, a capacitação profissional, aplicando no processo a iniciação científica.

Assim, a ação de Extensão trabalhada com o método “Pesquisa-Ação”, conforme proposta do projeto em estudo une a teoria à prática e a iniciação à pesquisa acadêmica.

No caso, essa proposta de ação de extensão, buscando identificar questões relevantes para a sociedade, apontando possíveis soluções, contribuindo para a geração de conhecimento, se coaduna com linhas teóricas como a de Paulo Freire: pensa no ensino de forma mais ampla, complexa, viva e inacabada; pensa no entrelaçar de uma rede de saberes que vise à aproximação e não o distanciamento da academia do fazer profissional; traz uma relação entre ensino, pesquisa e extensão e abre espaços para as vozes dos atores envolvidos.

Incluindo nesse cenário de complexidades o compromisso social das universidades, podemos considerar:

*[...] há de se afirmar que ensino-pesquisa-extensão apresentam-se hoje, no âmbito das universidades brasileiras, como uma de suas maiores virtudes e expressão de compromisso social, uma vez que o exercício de tais funções é requerido como dado de excelência na Educação Superior, fundamentalmente voltada para a formação acadêmica e profissional de docentes e discentes, à luz da apropriação e produção do conhecimento científico. (Santos, 2010, p. 13)*

Na perspectiva da Contabilidade como instrumento de contribuição no âmbito do instrumentalizar a sociedade, Sá (2004) destaca que a Contabilidade possui papel de proteção à vida da riqueza das células sociais e produz informes qualificados sobre o patrimônio e ainda, coloca o profissional das Ciências Contábeis como aquele que no campo da informação exerce papel que beneficia o Estado, as instituições, as empresas, os investidores etc.

Tendo em vista o campo de aplicação da ação de extensão aqui exemplificada, é necessário o entendimento do contexto em que se inserem as Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil, o que se apresenta a seguir.

Segundo Kohama (1996), de acordo com a Constituição da República Federativa Brasileira de 1988, a organização política brasileira está estruturada em três poderes, independentes entre si e harmônicos nas suas funções características.

Quanto à Administração Pública Brasileira, está subdivida em administração direta e indireta.

A Administração Pública Direta é a que se encontra integrada e ligada na estrutura organizacional, diretamente ao chefe do Poder Executivo, nas três esferas de governo, enquanto a Administração Pública

Indireta que é caracterizada por serviço público prestado por entidade jurídica de direito privado ou público, criada pelo Estado, por lei, com função de auxiliar na administração pública, sendo composta por autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista, agências executivas e agências reguladoras (Silva, 2011).

Dentre as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) temos aquelas que se apresentam como autarquias, criadas para executar atividade típica da administração pública.

A dependência de recursos orçamentários governamentais é uma característica das autarquias federais, entidades submetidas à contabilidade aplicada ao setor público, devendo observar as NBC TSP e as normas expedidas da Secretaria do Tesouro Nacional (STN/MF) constantes do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), atualmente em sua 7ª edição.

Um dos principais pontos da norma é a definição da sociedade como usuária principal da informação contábil, o que facilitará a transparência e o controle social (NBC TSP EC, 2016).

A contabilidade aplicada ao setor público é a ciência que estuda e pratica as funções de orientação e controle relativas aos atos e fatos administrativos que ocorrem na administração pública, tendo como objetivo fornecer aos seus usuários as informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio das entidades do setor público e suas mutações, contribuindo nas tomadas de decisão, na racionalização dos custos, na adequada prestação de contas (transparência da gestão fiscal) e para o controle social.

A Lei 101/2000, Lei da Responsabilidade Fiscal, detalha pontos generalizados sobre as responsabilidades dos gestores públicos e dos agentes da administração, acrescida pela Lei Complementar 131/2009, e a Lei Complementar 12.527/2011, lei de acesso à informação, são instrumentos que garantem à sociedade o livre acesso as informações produzidas pela administração pública, reforçando o controle social, participação do cidadão na gestão pública, na fiscalização, no monitoramento e no controle das ações da Administração Pública, através das informações produzidas pela contabilidade.

Assim, buscando a interação da extensão com a iniciação científica, as atividades da ação de extensão foram complementadas com estudo de caso, proporcionando o contato do bolsista com a área de contabilidade pública e com profissionais envolvidos na geração de informações para a sociedade.

## **2. METODOLOGIA**

Segundo Richardson (1999) a análise e interação de algumas variáveis de um problema estudado, para a compreensão e classificação de processos, estão dentro do que seria uma metodologia qualitativa. Nessa linha, o problema de pesquisa neste trabalho tem abordagem qualitativa.

O projeto base para as reflexões aqui apresentadas, sem perder a sua essência de “ação de extensão”, se identifica com o que explicitam Marconi e Lakatos (2010, p. 139) quanto à pesquisa: “é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais”.

Sob a ótica de Gil (1989, p. 20), o pesquisador necessitaria ter, entre várias outras, qualidades: “conhecimento do assunto a ser

pesquisado, curiosidade, criatividade, integridade intelectual, atitude autocorretiva, sensibilidade social, imaginação disciplinada, perseverança, paciência e confiança na experiência”.

Martensson e Lee (2004) expressam o entendimento de que a dimensão empírica da ciência se dá quando uma teoria pode ser aplicada com rigor científico, nesse caso, a pesquisa-ação investiga e é empregada num problema do mundo real. É no polo técnico que se encontra a pesquisa-ação, relacionada ao objeto central do presente estudo.

Assim, o projeto “LAPGOV” utiliza metodologia prática com complemento teórico, buscando a integração com a sociedade, inclusive em eventos (palestras) e no contato com os profissionais envolvidos nas técnicas e processos praticados, promovendo a compreensão da realidade, desafios, limitações e impactos, trazidos pela “Nova Contabilidade Pública” que, através de seus produtos, permite possibilidades de contribuição à mudança social e a introdução em procedimentos da pesquisa-ação.

Em vista do envolvimento dos autores com a instituição campo de pesquisa, uma universidade governamental brasileira, foco da ação de extensão, pode-se considerar, também, o proposto por Thiollent (2011) em relação à pesquisa-ação, onde os pesquisadores e participantes estão envolvidos de modo operativo ou participativo.

Como procedimento de iniciação à pesquisa, foi realizada pesquisa bibliográfica, análise de normas e leis e aplicação de questionário fechado no Departamento de Contabilidade e Finanças (DCF) e em cinco unidades gestoras executoras da Universidade Federal Fluminense (UFF), no período entre 15/08/2017 e 01/09/2017, abrangendo quase que a totalidade dos profissionais diretamente envolvidos com os processos contábeis. Foram aplicados 90 questionários, obtendo-se 82 respostas e, em vista do objetivo, mensurados dados de 77 deles.

### **3. ATUAÇÃO NA AÇÃO DE EXTENSÃO: ESTUDO DE CASO**

O estudo de caso, foi realizado em ação de extensão cadastrada no Sistema de Informação e Gestão de Projetos (SIGProj), que tem como um de seus objetivos auxiliar o planejamento, gestão, avaliação e a publicização de projetos de extensão, desenvolvidos e executados nas universidades brasileiras, estando o mesmo sob a coordenação do Ministério da Educação (MEC).

A ação de extensão, projeto “Laboratório de Prática na Área Governamental (LAPGOV)”, registrada no SIGProj, foi submetida e aprovada pela Pró-Reitoria de Extensão (PROEX/UFF) e, no período em estudo, se desenvolveu na Universidade Federal Fluminense (UFF), autarquia federal, sediada em Niterói, que possui 68.130 alunos, 452 cursos, com 3.180 docentes e 9.754 técnicos administrativos, estando presente em mais sete municípios do Estado do Rio de Janeiro, Brasil.

A seleção dos bolsistas para a atuação na ação de extensão se dá por aprovação em processo seletivo que considera, conforme parâmetros definidos, o coeficiente de rendimento (CR) acadêmico e nota obtida em avaliação discursiva sobre o tema a ser trabalhado, considerando ainda a disponibilidade de horário e outros critérios determinados em normativo, de cumprimento obrigatório por bolsistas de extensão da Universidade.

A participação do aluno-bolsista, seguindo metas definidas no projeto da ação de extensão, foi iniciada com a pesquisa bibliográfica e documental, seguida por atividade prática, em rodízio nos setores do Departamento de Contabilidade e Finanças da Universidade Federal fluminense (DCF/UFF), onde executou, entre outras atividades, operações no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), anotando dúvidas geradas no confronto entre teoria e prática, bem como questionamentos quanto ao que considerou como

discrepâncias em procedimentos, itens a serem objeto de discussão com os orientadores, docentes e técnicos, designados na ação de extensão.

Ainda, cumprindo meta, traçada na proposta do projeto de extensão, para finalização da atuação, o bolsista, sob a orientação da equipe docente do projeto, identificou tema relacionado à área de atuação, formulando questão de investigação, objetivos geral e específicos, selecionando metodologia com abordagem qualitativa, cuja base teórica foi desenvolvida por pesquisa bibliográfica e documental, aplicação e tabulação de questionário.

O desenvolvimento das atividades propostas na ação de extensão permeou passos coincidentes com fases da Pesquisa-Ação que, segundo Gil (1989), entre outras contempla a pesquisa exploratória, análise e interpretação dos dados e a divulgação dos resultados.

A pesquisa exploratória se deu em relação a conceitos e instrumentos legais, aprofundamento de estudos e atuação em área profissional, possibilitando o conhecimento da prática e sua análise comparativa com a teoria.

A análise e interpretação dos dados, bem como das informações coletadas, se concretizou e proporcionou momento de motivação para a reflexão crítica e avaliação da realidade profissional e social.

A tabulação dos questionários aplicados na Universidade apresentou as posições e informações a seguir apresentadas.

Considerando que poderiam indicar mais de um item, em relação aos desafios se observou: avaliação patrimonial (39), planejamento e execução (29) e fiscalização e controle (28); sendo que quanto às limitações foi tabulado: apuração dos custos (31), constante atualização da legislação (26) e controle patrimonial (23).

Sobre os subsistemas contábeis que podem gerar dados para o controle social, se obteve 69 respondentes, com indicação de mais de um item, sendo tabulado: orçamentário (49), de custos (44), patrimonial (34) e de compensação (9).

A maioria, 70% indicaram conhecer e/ou ter um interesse pelo assunto. Na apuração da setorial contábil (DCF), verificou se que 12,5% desconhecem o assunto enquanto em uma das unidades gestoras, este número chega a 50%.

#### **4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Conforme depoimento do bolsista, a ação de extensão lhe proporcionou conhecimentos práticos sobre as etapas da execução orçamentária, financeira e contábil, bem como sobre avaliação patrimonial e gerencial da área de contabilidade pública, contribuindo para a complementação e ampliação de conhecimento teórico obtido em sala de aula, nas disciplinas da área governamental e outras de cunho técnico.

O bolsista acrescentou ainda, de forma oral (com apresentação de slides) em evento aberto ao público externo à universidade e em relato, na forma de artigo, que obteve visão da aplicação prática da Ciência Contábil e que atuar na área de contabilidade da UFF lhe permitiu conhecer e experimentar segmento do mercado de trabalho do contador, no caso, interagindo com profissionais da área pública e com usuários externos (comunidade acadêmica e sociedade).

A divulgação dos resultados ocorreu na “Semana Especial de Ações Extensionistas”, atividade de divulgação das ações de extensão, promovida pela Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal Fluminense, bem como o relato produzido foi apresentado na Agenda Acadêmica/UFF-2017, evento que é parte da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia no Brasil.

**AUTORES: MIRIAM ASSUNÇÃO DE SOUZA LEPSCH; MARIA DE LOURDES DOS SANTOS ANTUNES; FÁBIO HENRIQUE SALDANHA DE SOUZA**

---

O Projeto 'Laboratório de Práticas na Área Governamental', se propõe a permitir ao aluno o conhecimento sobre as possibilidades de atuação, tanto no campo acadêmico como no mercado de trabalho, entrelaçando saberes, visando à aproximação da academia do fazer profissional, com uma perspectiva de relação ensino, extensão e pesquisa, ao tempo que não se limita em si mesmo, mas abre portas para possibilidades que poderão ser construídas em conjunto, através de relatos e saberes vivenciados na sala de aula e no campo do fazer.

No evento da Semana Especial de Extensão, aberto à comunidade em geral, se expôs a ação de extensão, o bolsista relatou a sua experiência no projeto e o Diretor do Departamento de Contabilidade da UFF, apresentou os desafios da contabilidade pública sua contribuição para a sociedade no controle social. Foram disponibilizadas 50 vagas por dia, com 80% de inscrição.

A ação tornou possível a reflexão sobre temas para estudo, conhecimentos de autores da área, noções sobre o processo de pesquisa e, a participação na “Semana Especial de Ações Extensionistas”, permitiu a interação com servidores e profissionais da área de contabilidade pública e cidadãos interessados na “Nova Contabilidade Aplicada ao Setor Público”.

O projeto de extensão contribuiu para a compreensão do papel da Contabilidade no suporte à gestão dos recursos públicos, como ferramenta para a tomada de decisão e controle social, entendimento das dificuldades na avaliação e controle do patrimônio público e, ainda como instrumento de “transparência, responsabilidade fiscal e controle social”, mecanismos para o melhor aproveitamento dos recursos públicos.

A análise e interpretação dos resultados obtidos “representa a aplicação lógica dedutiva e indutiva do processo de investigação” (Best, 1972, p. 152 apud Marconi & Lakatos, 2010, p. 151). Nessa linha teórica

foram tabulados e analisados os dados dos questionários obtidos na pesquisa desenvolvida pelo bolsista, sob orientação da equipe docente.

Assim, verificou-se em relação ao perfil dos respondentes, que 66% têm acima de 36 anos, 70% são graduados e/ou possuem especialização, 72% com vínculo institucional, 62% não exerce função pública e 61% trabalha na área há mais de cinco anos. Quanto à capacitação, 39 deles participaram de curso ou treinamento nos últimos 12 meses. As mudanças significativas na contabilidade pública, geradas pela convergência às normas internacionais, não parecem afetar a maioria (56%) que indicam estar preparados (8%) ou parcialmente preparados (48%). Os 44% restantes, indicam estar desatualizados (25%) ou parcialmente desatualizados (19%). Desafios e limitações da “Nova Contabilidade Pública”, conforme tabulação dos dados, não parece afetar a maior parte dos profissionais (56%), que declaram estar parcialmente preparados ou totalmente preparados.

Quanto à contribuição da contabilidade para o controle social, apenas 71 dos respondentes opinaram, sendo que 93% acreditam que a contabilidade pode contribuir para o controle social. Sobre o controle social, foi apurado que na média 25% o desconhecem e apenas 5% conhecem bem o tema. Em relação à responsabilidade fiscal, 75% responderam já ter lido sobre o assunto (32%) e/ou tem algum interesse pelo mesmo (43%) e 17% afirmaram conhecer bem o tema.

Portanto, as atividades e resultados alcançados pelo projeto contemplam contribuições para a compreensão do potencial da extensão como atividade integradora entre o ensino e à iniciação à pesquisa, ao tempo que proporciona o interagir com a sociedade, trazendo contribuições para o desenvolvimento de pensamento crítico, caracterizando vertente da pesquisa-ação.

A efetividade da proposta do projeto se apresenta nas observações e ações do aluno-bolsista, desenvolvidas durante a prática profissional e por seu estudo desenvolvido na área de contabilidade da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Entende-se, de acordo com Severino (2010), que a extensão está ligada ao ensino e aperfeiçoa o processo pedagógico, envolvendo na aprendizagem professores, alunos e a sociedade, assim como se relaciona com a pesquisa proporcionando o alcance social da produção do conhecimento.

*É assim que a própria extensão universitária deve ser entendida como o processo que articula o ensino e a pesquisa, enquanto interagem conjuntamente, criando vínculo fundamental entre a universidade e a sociedade, no sentido de levar a contribuição do conhecimento para a sua transformação. (Severino, 2010, p.24)*

Entende-se que o projeto de extensão “LAPGOV”, que tem como objetivo unir teoria, prática e iniciação à pesquisa, com viés da investigação-ação, permite demonstrar o potencial da extensão como integradora entre ensino, pesquisa e extensão.

Os resultados apresentados denotam as potencialidades da Extensão como ferramenta de interação entre o ensino, a pesquisa e a capacitação profissional, bem como a possibilidade de abordagens, com as fases da pesquisa-ação, no campo da prática, que proporcionem investigar, entender e vislumbrar novos conhecimentos.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Observamos que mesmo na inexistência de consenso quanto ao entendimento do que seria a extensão universitária, é uma atividade que proporciona resposta aos desafios colocados às instituições de ensino superior, visualizando-se um horizonte de consolidação desse segmento, que proporciona a socialização, aplicação e produção do conhecimento, contribuindo com o ensino e a pesquisa, assim como com o cumprimento do papel social da universidade.

As reflexões, métodos e resultados expostos, permite o entendimento do cumprimento satisfatório do objetivo geral proposto, o qual foi apresentar uma visão do potencial da extensão universitária como contribuição para o ensino e a iniciação científica, transitando pela pesquisa-ação, articulando o papel docente e discente, apresentando as práticas e resultados obtidos na ação de extensão “Laboratório de Prática na Área Governamental - LAPGOV”.

O estudo da ação de extensão, objeto da presente investigação, contribuiu para a compreensão da Extensão como atividade integrada ao ensino e à iniciação científica, bem como proporcionou a relação com a sociedade, representada na atuação do aluno-bolsistas, que interagiu com servidores públicos, estagiários, outros bolsistas e colaboradores que atuavam na área técnica selecionada para a atividade prática.

Por outro lado, este trabalho demonstrou a viabilidade da Pesquisa-Ação nas ações de extensão, enquanto técnica de pesquisa, cuja capacidade de superar impasses entre teoria e prática, por meio da interação e exploração de ambas, é capaz de formar soluções para os ambientes organizacionais.

O estudo, desenvolvido como iniciação à investigação científica, que tratou sobre o entendimento, dos profissionais que atuam na área de

contabilidade, em relação às mudanças trazidas pela “nova Contabilidade Pública” e suas possíveis contribuições para o controle social, teve como limitação o tamanho da amostra, a escolha de somente uma Instituição Federal de Ensino Superior e o momento de sistemáticas alterações na legislação que rege a contabilidade aplicada ao setor público.

Sobre os desafios e limitações da “Nova Contabilidade Pública”, se destacam a avaliação patrimonial (desafio) e apuração de custos (limitação).

Na pesquisa documental se observou que a Lei nº 4.320/64, que trata de direito administrativo, já mencionava a correta “composição patrimonial” e a “determinação dos custos de serviços industriais” como pertinentes à contabilidade, o que não estava sendo totalmente observado na prática.

O fortalecimento, na atual contabilidade pública, do foco no patrimônio do ente público requer técnicas mais modernas e precisas, como a apuração dos custos, o que não é uma prática regular, embora previsto em lei.

A correta orientação dos gestores e colaboradores envolvidos com a área de contabilidade, bem como o treinamento regular dos profissionais envolvidos são pontos que podem contribuir para a melhoria do desempenho técnico e das informações gerenciais elaboradas pela contabilidade. O que firmaria a contabilidade como ferramenta importante na gestão dos recursos públicos e suporte ao controle social.

O emprego pelo projeto de atividade prática, complementada com investigação acadêmica, permitiu o contato com os processos contábeis públicos e a visão da extensão como instrumento de ensino e contribuição para a pesquisa. Promoveu ainda, uma adequada capacitação prática e

fixação de conteúdos teóricos, bem como a compreensão da realidade de desafios e limitações trazidas pela “Nova Contabilidade Pública”.

Os aspectos metodológicos executados e relatados visam contribuir para motivar e nortear novos entendimentos e pesquisas sobre o tema, ao tempo que chama a atenção para as possibilidades das intervenções extensionistas e seus subsídios para as outras atividades-fim das Universidades.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Constituição da República Federativa do Brasil, Brasil, 5 de outubro de 1988 Available at: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/15261>(accessed 21 July 2017).

Decreto nº 19.851, Brasil, 11 de abril de 1931, Available at: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>(accessed 21 July 2017).

Lei Complementar n. 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, Brasil, 4 de maio de 2000, Available at: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm)(accessed 23 July 2017).

Lei Complementar n. 131/2009 – Acrescenta dispositivos à Lei Complementar n.101/2000, Brasil, 04 de Maio de 2000, Available at: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp131.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm)(accessed 27 July 2017).

Lei n. 12.527/2011 – Lei de acesso à informação, Brasil, 18 de Novembro de 2011, Available at: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm) (accessed 27 July 2017).

Secretaria do tesouro nacional. (2016) **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).7.** Brasil, 22 de dezembro de 2016, Available at: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/456785/MCASP+7ª%20edição+Versão+Final.pdf>(accessed 17 July 2017).

Contabilidade y Auditoría Nº 48 Año 24 – Diciembre 2018

ISSN 1515-2340 (Impreso) ISSN 1852-446X (En Línea) ISSN 1851-9202 (Vía Mail).

*título: EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E SUA POTENCIAL CONTRIBUIÇÃO PARA O ENSINO E A INICIAÇÃO À PESQUISA: UMA PROPOSTA CARACTERIZADA NA INVESTIGAÇÃO-AÇÃO.*  
p.95/120

AUTORES: MIRIAM ASSUNÇÃO DE SOUZA LEPSCH; MARIA DE LOURDES DOS SANTOS ANTUNES; FÁBIO HENRIQUE SALDANHA DE SOUZA

---

CARTILHA IFAC. (2017). **Accountability.** Now, Availableat: <https://www.ifac.org/publications-resources/accountability-now-brochure> (accessed 17September 2017).

COELHO, G. C. (2014), **O Papel Pedagógico da Extensão Universitária**, Availableat: [https://scholar.google.com.br/scholar?q=SOUSA,+2010%3B+COELHO,+2014+extens%C3%A3o+universit%C3%A1ria&hl=pt-BR&as\\_sdt=0&as\\_vis=1&oi=scholart>file:///C:/Users/miria/Downloads/26682-115734-1-PB.pdf](https://scholar.google.com.br/scholar?q=SOUSA,+2010%3B+COELHO,+2014+extens%C3%A3o+universit%C3%A1ria&hl=pt-BR&as_sdt=0&as_vis=1&oi=scholart>file:///C:/Users/miria/Downloads/26682-115734-1-PB.pdf) .(Accessed 17November 2018).

DE PAULA, J. A. (2013), **A extensão universitária: história, conceito e propostas, Interfaces**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, pp. 5-23.

ELLIOTT, J. Recolocando a pesquisa-ação em seu lugar original e próprio. In: GERALDI, C.M.G.; FIORENTINI, D.; PEREIRA, E.M.A. (Org.). **Cartografias do trabalho docente: professor (a) -pesquisador (a)**. Campinas: Mercado de Letras; ALB, 1998. p. 137-152.

FREIRE, P. (1996), **Pedagogia da Autonomia - Saberes Necessário à Prática Educativa**. Editora, Paz e Terra, 1ª edição.

FREIRE, P. (1967), **Educação como Prática da Liberdade**. Editora Paz e Terra, 1ª edição.

GIL, A. C. (1989), **Projeto de Pesquisa**. 2. Ed. São Paulo: Atlas.

LOPES, J. E. G.; RIBEIRO FILHO, J. F.; PEDERNEIRAS, M. M. M. & RIBEIRO, I. B. (2006), **Pesquisa-Ação: Uma Abordagem para a Produção do Conhecimento Científico em Ciências Contábeis**. Academia Revista de Divulgação Em Ciências Jurídicas e Contábeis, v. 1, 1, pp. 115-124.

LUCIOLO, A. S. & MENDES, V. C. A. P. (2015), **As Possibilidades de Trabalhar Alfabetização e Letramento na Educação Infantil e Anos Iniciais**. Revista Diálogos Interdisciplinares - GEPFIP, Aquidauana, v. 1, n. 2, pp. 162-176.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. (2010), **Fundamentos de metodologia científica**. 7. Ed. São Paulo: Atlas.

MARTENSSON, P. & LEE, A. S. (2004), **Dialogical action research a tomega corporation**. MIS Quarterly, v. 28, n. 3, pp. 507-536.

Contabilidade y Auditoría Nº 48 Año 24 – Diciembre 2018

ISSN 1515-2340 (Impreso) ISSN 1852-446X (En Línea) ISSN 1851-9202 (Vía Mail).

*título: EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E SUA POTENCIAL CONTRIBUIÇÃO PARA O ENSINO E A INICIAÇÃO À PESQUISA: UMA PROPOSTA CARACTERIZADA NA INVESTIGAÇÃO-AÇÃO. p.95/120*

AUTORES: MIRIAM ASSUNÇÃO DE SOUZA LEPSCH; MARIA DE LOURDES DOS SANTOS ANTUNES; FÁBIO HENRIQUE SALDANHA DE SOUZA

---

KOHAMA, H. (1996), **Contabilidade Pública: teoria e prática**. 5.ed. São Paulo: Atlas.

REIS, H. C. & MACHADO JR, J. T. (2015), **A Lei 4.320 comentada e a Lei de Responsabilidade Fiscal**. 35. ed. Rio de Janeiro: Ibmam.

RICHARDSON, R. J. (1999), **Pesquisa social: Métodos e técnicas**. 3ª ed. São Paulo: Atlas.

Conselho Federal de Contabilidade (2017) Programa de Voluntariado da Classe Contábil. Você sabe o que é Controle Social? [panfleto]

Universidade Federal Fluminense. (2017) **Universidade Federal Fluminense. UFF em números**, Available at: <http://www.uff.br/?q=uff-em-numeros>(accessed 07September 2017).

SÁ, A. L. (2004), **Ética profissional**. 5.ed. – São Paulo: Atlas.

SANTOS, M. P. (2010), **Contributos da Extensão Universitária Brasileira à formação acadêmica docente e discente no século XXI: Um debate necessário**. Revista Conexão UEPG, Ponta Grossa, V. 6, nº1, pp. 10-15.

SILVA. L. M. (2011), **Contabilidade Governamental: Um Enfoque Administrativo da Nova Contabilidade Pública**. 9ª ed. – São Paulo: Atlas.

SEVERINO, A. J. (2007), **Metodologia do Trabalho Científico**. 23ª ed. rev. Atual. 5ª reimpressão (2010) – São Paulo: Cortez.

SILVA, V. P. (2018), **Ensino, pesquisa e extensão: Uma análise das atividades desenvolvidas no GPAM e suas contribuições para a formação acadêmica**, Available at: <https://docplayer.com.br/74229431-Ensino-pesquisa-e-extensao-uma-analise-das-atividades-desenvolvidas-no-gpam-e-suas-contribuicoes-para-a-formacao-academica.html>(accessed 07 September 2018).

THIOLLENT, M. (2011), **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez.